VIOLÊNCIA SEXUAL

Negra, pobre, violentada, drogada...

A história de Cristiane é reveladora da perversa teia que leva ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes

A garota que abriu a série de reportagens não é exceção dentro do quadro do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes em Salvador. Aos 13 anos, violentada pelo "noivo", bem mais velho do que ela, deixou a escola, viciou-se em drogas e acabou entrando "na vida".

De abusada, a Cristiane passou a sexualmente explorada e hoje, com 14 anos, colhe "clientes" (a maioria, taxistas) num ponto da Cidade Alta. Pelo uso do esquálido corpo, cobra R$ 5,00, que emprega na compra de crack e maconha. É negra, moradora de bairro periférico, filha de empregada doméstica, que não sabe "por onde anda", e "pai desconhecido".

ABUSO - A partir dos casos encaminhados ao Centro de Defesa da Criança e do Adolescente e ao Projeto Viver é possível traçar o perfil das vítimas de abuso sexual - ressalvadas as deficiências do sistema de proteção, de atendimento e de coleta de informações, que mascaram alguns dados.

Dentro do universo usado para a montagem dos quadros analíticos, vê-se que, como Cristiane, a maioria das vítimas é do sexo feminino. O dado, somado a outros, reflete a realidade, mas os especialistas acreditam que o percentual de garotos abusados é mais expressivo que os registrados (VER QUADROS 1-A e 6-A).

"A resistência em denunciar a violência sexual é maior quando envolve crianças e, principalmente, jovens do sexo masculino", analisa a psicóloga Samanhta Xavier, do Cedeca. É que além da violência em si do ato, a vítima enfrenta outro fantasma: teme que sua masculinidade seja posta em xeque, já que o abusador é, em sua esmagadora maioria, homem.

A definição da classe social das vítimas também esbarra no tabu. O diagnóstico montado a partir dos casos encaminhados ao Cedeca revela que o problema não é cativo dos pobres, mas a maior parte dos abusos ocorre com garotas e garotos de famílias com renda entre 1 e 3 salários mínimos (45% - VER QUADRO 1-B).

Karin Koshima, psicóloga do Cedeca, pontua: "As famílias mais abastadas preferem o silêncio, buscando, quando muito, o auxílio de profissionais da rede particular de saúde, que também se calam. As de menor poder aquisitivo denunciam mais, procuram mais os serviços públicos".

INCESTO - A faixa etária da maioria das vítimas (7 aos 14 anos) denuncia a perversidade desta modalidade de crime (VER QUADROS 1-C e 6-B), o que fica mais evidente ao constatar-se que os abusadores são, na maioria, conhecidos das presas (VER QUADRO 6-C).

E, o pior: em grande parte, são pessoas nas quais as garotas confiam e que deveriam zelar por sua segurança - ou seja, seus pais e padrastos (VER QUADRO 1-D). O fenômeno não é baiano: Em 2002, Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia) registrou 1.500 ocorrências no País -58% das quais dentro da família.

O caráter intrafamiliar do abuso é confirmado pelo local onde ocorrem os atentados: dentro da casa do agressor e/ou da vítima (VER QUADRO 1-E). Para este tipo de crime, a ocorrência em motéis é pequena.

EXPLORAÇÃO - O quadro, porém, muda de figura quando se trata de exploração. Diferentemente daquele, este tipo de crime ocorre, com freqüência, em estabelecimento do gênero. A conclusão, porém, é baseada na observação direta da realidade.

É que apesar de a exploração sexual comercial na Bahia ser escancarada, não há dados disponíveis sobre o problema. E não é difícil entender razões: as vítimas não denunciam e são raras as diligências/investigações realizadas para verificação de crianças e adolescentes em situação de risco.

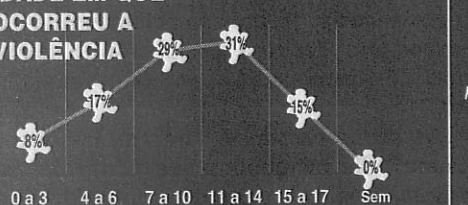
A lógica muda, também, em relação ao perfil socioeconômico. No caso do abuso, os dados, apesar de apontarem para a miséria, a ignorância, a desestruturação da família, não são definitivos em relação à classe social das vítimas.

QUADRO 1A
SEXO

QUADRO 1B
RENDA FAMILIAR

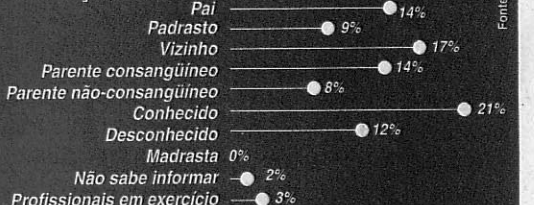
Menos de 1 salário mínimo	14%
1 a 3 salários mínimos	45%
3 a 5 salários mínimos	15%
5 a 6 salários mínimos	2%
Acima de 7 salários mínimos	5%
Não sabe informar	19%

QUADRO 1C
IDADE EM QUE OCORREU A VIOLÊNCIA



P.S.: Sem informação refere-se a apenas um caso

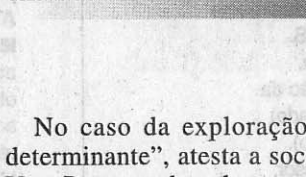
QUADRO 1D
RELAÇÃO ABUSADOR/ VÍTIMA



P.S.: Madrasta (0%) refere-se a apenas um caso. Conhecidos: inquilinos, pai de amiga, amigo do amigo, amante da mãe, namorado etc.

Fonte: Cedeca

QUADRO 1F
CASO ENCAMINHADOS AO CEDECA/ANO



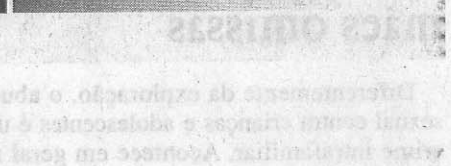
QUADRO 1F
CASOS ENCAMINHADOS AO CEDECA POR

Primeira Vara	37
Segunda Vara	23
Derca	40
Viver (IML)	41
Demandas espontâneas	32
Hospitais	10
Ministério público/ promotoria	6
Cidade-Mãe	5
Unidade Pró-direito	3
Outras comarcas	3
Conselho Tutelar	3
Clínica de psicologia	3
Projeto Farol	3
Outros	24

P.S.: Outros: Defensoria pública, Ufba, Polícia Militar, Escritório de Advocacia, SOS Criança, Patronato, Balanço Geral, Gabinete da presidência do Tribunal de Justiça, OAB, COF, Mediar, Polinter, Serviço Social dos Correios, Canto da Cidade, Site Ação-Justiça. Os dados da pesquisa do Cedeca são referentes ao período de setembro de 98 a dezembro de 2002.

EDITORIA DE ARTE/ A TARDE

QUADRO 1E
LOCAL DO CRIME



Fonte: Cedeca

P.S.: Outros: Porta da casa da vítima, casa do noivo da vítima, casa da amiga, bar...

QUADRO 6A
SEXO DA VÍTIMA

QUADRO 6B
IDADE DA VÍTIMA (em %)

QUADRO 6C
AGRESSORES

Fonte: Projeto Viver/IML

No caso da exploração, "a miséria é determinante", atesta a socióloga Marlene Vaz. Perguntada sobre se gostaria de sair das ruas e voltar a estudar, contando com a ajuda de uma bolsa-escola, Cristiane é taxativa: "É pouco dinheiro. Dá não, tia"

POLÍTICAS PÚBLICAS - Os dados sobre abuso ressaltam, também, o papel das políticas públicas no combate a este tipo de violência. A curva ascendente de ocorrências registradas no Cedeca entre 1998 e 2002 (VER QUADRO 1 - F) demonstra menos o aumento de casos e mais a disposição em denunciar os criminosos.

Outra evidência: quem mais encaminhou casos para acompanhamento no Cedeca (VER QUADRO 1 - G) foram os poderes Judiciário (1a e 2a Varas) e Executivo (Derca e Projeto Viver), que responderam, juntos, por 141 dos 234 casos registrados no período - o que atesta a confiança da população nas instituições públicas.

Segundo, ainda, a titular da Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Contra Crianças e Adolescentes, Kátia Brasil, o bairro mais freqüente entre os registrados nas denúncias de abuso é o de Brotas: o mesmo onde, não por acaso, se localiza a Derca..

Informações fragmentadas

Insuficientes, esparsos, dispersos, os dados sobre violência sexual contra crianças e jovens pouco ajudam a compreender a extensão e as características do problema, na Bahia. Cada instituição produz suas estatísticas, de acordo com as necessidades imediatas e seguindo parâmetros próprios.

As que melhor ajudam a enxergar o fenômeno são as do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), que reúne informações encaminhadas por diversos órgãos e as agrupa de forma a compor as variantes que cercam os crimes (perfil de vítimas e agressores, escolaridade, classe social etc).

Falta, porém, um serviço unificado de coleta e tratamento de dados, que reúna as informações geradas pelas diversas unidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos - incluindo as que chegam às delegacias do interior do Estado, hoje, praticamente perdidas.

DETALHES - Boletins de ocorrência unificados, que contemplem informações minuciosas sobre os casos, são importantes não apenas para diagnosticar/dimensionar o fenômeno e orientar a implementação de políticas públicas de combate ao mal. Servem também para condenar os agressores.

O detalhamento sobre local, hora e forma do crime, características físicas das vítimas e dos agressores, idade, moradia, renda, nível de escolaridade, estado civil e outros ajudam a instruir os processos e fortalecer a palavra da vítima - que, aliás, tem muito valor, nos casos de violência sexual.

"Se a garota é firme em todas as audiências, e suas palavras combinam com os elementos levantados nos autos, isso é levado em conta, no julgamento", explica a juíza Rita de Cássia Magalhães.

RETROCESSO - Em março deste ano, o governo federal pôs fim ao acordo que mantinha em funcionamento o disque-denúncia da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia). Um retrocesso no combate ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes.

O serviço da organização não-governamental funcionava graças a um convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, e tentava unificar - para fortalecer - o sistema no País. O governo promete criar outro disque-denúncia, centralizado e operacionalizado pelo poder público.

Enquanto isso não acontece, a Abrapia vem mantendo, com recursos próprios e em regime de plantão, o serviço de atendimento, colhendo os dados e repassando-os para os municípios.